



FÓRUM TEMÁTICO - A MERCANTILIZAÇÃO DO SUBSTANTIVO

NOTAS SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DO SUBSTANTIVO

NOTES ON COMMERCIALIZATION OF THE SUBSTANTIVE

Luiz Alex Silva Saraiva, Dr.
CAD/FACE/UFGM
lassaraiva@uol.com.br

Hélio Arthur Reis Irigaray, Dr.
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO
a.irigaray@globo.com

RESUMO

Nesse artigo são apresentados os pontos de partida para a proposta e construção do fórum temático A mercantilização do substantivo, todos eles relacionados ao processo aparentemente generalizado de transformação de praticamente tudo em mercadoria nos dias correntes. Questionamentos dessa lógica são efetuados à medida que se apontam peculiaridades de elementos tipicamente humanos, que, em tese, não se prestariam à dinâmica do mercado, após o que se apresenta, sucintamente, a dinâmica geral do fórum temático.

Palavras-chave: Mercantilização. Aspectos Substantivos. Estudos Organizacionais.

ABSTRACT

In this paper we present starting points from proposal and constructions of thematic forum The commercialization of substantive, all of them related to apparently generalized process of transformation of practically anything in goods nowadays. We reject this logic when discuss peculiarities of typically human elements, which are not market driven, at least at theory level. After that, we present synthetically general dynamics of this thematic forum.

Keywords: Commercialization. Substantive Issues. Organization Studies.

INTRODUÇÃO

A teoria administrativa não pode mais legitimar a racionalidade funcional, como tem feito. (GUERREIRO RAMOS, 1984, p. 9).

Duas questões nos levaram a propor o fórum temático *A mercantilização do substantivo*: o que é substantivo nos dias de hoje? Ele é passível de ser comercializado? Tais questionamentos serviram de guias para as ações que levamos a cabo como editores especiais desse espaço de discussão, e nesse artigo, nosso objetivo é apresentar e discutir os pontos de partida para a construção dessa iniciativa, após o que apresentaremos o fórum propriamente dito.

Afinal, o que é esse “substantivo” a que nos referimos? É preciso alertar, de início, que esse fórum temático não se trata de nenhuma investida no campo da sintaxe lingüística: restringimo-nos ao campo da administração. Substantivo no sentido que tomamos aqui, aproxima-se do sentido de substância. Mas a que nos referimos especificamente? Ao que é substância, essência, se opõe o que é aparência, uma vez que nem sempre o que algo aparenta ser se constitui aquilo que, no seu cerne, é, de fato, como já discutido em inúmeros trabalhos sobre discursos *versus* práticas organizacionais (FARIA; MENEGHETTI, 2001). Mas como essa discussão pode fazer sentido no âmbito das ciências sociais aplicadas, e, mais especificamente, no campo da administração?

É preciso pontuar que orientamo-nos pela ontologia nominalista, o que significa, em síntese, que o ato de ser depende do homem, porque é somente a partir do momento em que ele empresta sua atenção para algo que aquilo passa a existir. Seriam potencialmente substantivas, assim, quaisquer manifestações humanas. Todavia, ainda que atraente, essa idéia, não nos ajuda a definir o que tomamos por substantivo nessa empreitada.

Recorremos, nesse ponto, à economia para auxiliar-nos nessa tarefa. A economia só existe por causa da escassez. Um contexto hipotético de abundância permanente de bens e serviços, por exemplo, implicaria o abandono de qualquer tipo de preocupação econômica, já que, em princípio, estaria resolvido seu princípio essencial. A preocupação com a regulação da oferta e da demanda de bens e serviços levou a que se formulassem inúmeras teorias e abordagens com o intuito de fazer com que as possibilidades de troca permitissem um contexto relativamente confortável aos envolvidos. Entre outras coisas, isso só foi possível graças a um processo que abandonou, há muito, o escambo. Bens e serviços, assim, passaram a ser trocados por dinheiro, que representa um meio de troca legitimado, pois implica a conversão de mercadorias de qualquer natureza em padrões monetários, portanto capazes convertidos em parâmetros de troca entre elas.

É importante nesse ponto introduzir os conceitos de valor de uso e valor de troca. De acordo com Marx (1983, p. 45):

[...] a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo... esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho... O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do valor de troca.

O uso de uma mercadoria qualquer determinaria o seu valor de uso. Todavia, esse valor necessita de uma espécie de tradução, que torne possível a comparação a outros valores de uso, e, a partir daí, a conversão em outras unidades, de forma que possa ser eventualmente, trocado – o valor de troca. Para Marx (1983, p. 46):

[...] o valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo causal e puramente relativo; um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria (*valeur intrinsèque*), portanto, uma *contradictio in adjecto*.

As mercadorias, assim, portariam um valor ligado à sua essência, isto é, ao uso que se faz delas, e outro relacionado ao seu valor relativo em relação aos valores de uso de outras mercadorias. Esse processo de comparação com outros usos implicaria, em última instância, a possibilidade de definição de medidas de troca, somente possíveis por meio do cotejo com outras mercadorias. O espraiamento desses conceitos é o que preocupa, e nos interessa diretamente nesse fórum temático.

O problema é que “em um quadro capitalista, Marx (1983) parece não ter dúvidas de que *tudo* se converte em mercadoria, submetendo o valor de uso ao valor de troca” (SARAIVA, 2009, p. 48). O que eventualmente não se submeteria a relações econômicas, nesse quadro, parece também fadado a ser definido por uma relação de troca, já que depende “apenas” da definição do valor de troca, do valor relativo que qualquer bem tem ao ser comparado com outra mercadoria qualquer. Desaparecem, assim, quaisquer resquícios de tentar conferir uma singularidade propriamente humana aos elementos sociais, uma vez que o objetivo – a possibilidade de cotejo e de troca a partir dessa comparação, submete, assim, mesmo o que é rigorosamente singular.

Após esta introdução, discutiremos a ideologia do pensamento único, ao que oporemos a viabilidade, possibilidade e necessidade de outra ideologia, que ponha em foco o substantivo nem termos de racionalidade, de organização e de atividades humanas, o que precederá a apresentação do fórum temático *A mercantilização do substantivo*.

A IDEOLOGIA DO PENSAMENTO ÚNICO

A ideologia neoliberal, definida por Santos (2000, p. 19) como uma verdadeira “fábrica de perversidades”, se mostra em diversas facetas e níveis dependendo de quem o experimenta. Pode constituir oportunidade de por em prática as técnicas mais avançadas de gestão organizacional, ou de a elas experimentar como controlado; pode representar oportunidade de enriquecimento além de qualquer padrão já experimentado, ou de sofrimento sem par pelo empobrecimento proporcional; pode levar a um aumento do controle sem precedentes, ou a uma elevação no nível de cerceamento profissional. Todavia uma característica que tem sido apresentada virtualmente como inevitável: sua inexorabilidade.

Conforme aponta Forrester (1997), uma vez que o capitalismo é apresentado como o único “vencedor”, a ideologia que o sustenta, o neoliberalismo, condena de forma absoluta quaisquer alternativas de organização e de produção societárias. Mesmo em setores em princípio “alternativos”, os moldes são capitalistas, tal como se observa no caso do terceiro setor (SARAIVA, 2006). A mensagem, assim, é inequívoca: o *the one best way*

definitivamente existe: é capitalista, e de matriz ideológica neoliberal; mais do que isso, é a única forma de se encarar a realidade. Em outras palavras, isso significa sufocamento de qualquer outra possibilidade de existência que não seja submetida a esse sistema.

Essa posição é sistematicamente reiterada pela mídia (CHOMSKI, 2002), e experimentada no cotidiano pela maioria das pessoas, o que é verificado, por um lado, pelo sucateamento do aparelho estatal, que apresenta cada vez mais limitações de ofertar cidadania de forma efetiva à população. A esse respeito Bauman (1999, p. 74) pontua que “no cabaré da globalização, o Estado passa por um *strip-tease* e no final do espetáculo, é deixado apenas com as necessidades básicas: seu poder de repressão”. Por outro lado, a ameaça ou experiência de desemprego é acentuada em face da enorme mobilidade adquirida pelo capital. Isso porque cabe aos acionistas “mover a companhia para onde quer que percebam ou prevejam uma chance de dividendos mais elevados, deixando a todos os demais [trabalhadores e governos] – presos como são à localidade – a tarefa de lamber as feridas, de consertar o dano e se livrar do lixo” (BAUMAN, 1999, p. 15).

Não bastasse viver tal experiência opressora e, mais do que isso, de aparente inexorabilidade, que coloca os indivíduos na condição de vítimas indefesas de sistema do qual não participam senão na condição de espectadores (FORRESTER, 2001), assiste-se à proliferação de manifestações em prol da flexibilidade radical e necessidade de adaptação a condições incertas. O inconfessável desse posicionamento é que se livrar da responsabilidade pelas conseqüências “é o ganho mais cobiçado e ansiado que a nova mobilidade propicia ao capital sem amarras locais, que flutua livremente. Os custos de se arcar com as conseqüências não precisam agora ser contabilizados no cálculo da ‘eficácia’ do investimento”. Mesmo lucrando como nunca, as empresas enumeram incontáveis argumentos que as colocam no papel de

[...] vítimas de um processo que elas mesmas *racionalmente* reproduzem. Em outras palavras, é incoerente o discurso de que as empresas foram *obrigadas* a se modernizar e que *não possuem responsabilidade* pelas conseqüências sociais da gestão atual, especialmente para os trabalhadores no que se refere ao nível de empregos. O modelo adotado abertamente privilegia a substituição da mão-de-obra mediante o uso de tecnologia intensiva aplicada ao processo produtivo ou mediante a racionalização de processos produtivos internos (SARAIVA; PIMENTA; CORRÊA, 2005, p. 79).

Fica assegurada ideologicamente assim, uma clivagem radical entre competência pelo enriquecimento e responsabilidade pelo empobrecimento, o que confirma o cinismo da assertiva de que “as riquezas são globais, a miséria é local – mas não há ligação causal entre elas, pelo menos não no espetáculo dos alimentados e dos que alimentam” (BAUMAN, 1999, p. 82). Espira-se um discurso que glorifica o mercado e diaboliza o social, associando a este, e principalmente a iniciativas levadas a cabo por agentes públicos como sinônimo de incompetência e de possibilidades de renovação e aumento de eficiência caso sejam privatizados. Equivocadamente, como alertam Saraiva e Capelão (2000), são empregados parâmetros empresariais para analisar a coisa pública.

Como Drache (1999, p. 9) sustenta, “na nova era da competição global, o mantra mais poderoso é que existe um novo globalismo em oposição ao emprego para todos”. E de tanto serem repetidos pela mídia, em sua maior parte comprometida com a repetição monócórdia dessa ideologia, passam a convencer a população de que esse é a única via, este é o pensamento único – quando não passa de uma posição ideológica comprometida com a manutenção de tudo como está.

O mercado, uma entidade abstrata e ao mesmo tempo onipresente, assim, se impõe a tudo e a todos, fenômeno agravado com a globalização:

Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado” (SANTOS, 2000, p. 19).

Essa dinâmica seria tão forte a ponto de autores como Bauman (2008) chegarem a apresentar os próprios indivíduos como mercadoria em uma sociedade que teria perdido qualquer referência além do mercado e da transformação de tudo em produtos comercializáveis. Tudo seria objetivamente passível de ter o seu valor convertido em possibilidade de troca. A essência não teria tanta relevância – a menos que seja para acentuar o valor agregado em um processo de troca, enfim, a dinâmica é regida por uma instrumentalidade que nega o direito da de substantividade em detrimento da instrumentalidade das relações.

OUTRA IDEOLOGIA É VIÁVEL, POSSÍVEL E NECESSÁRIA

É preciso destacar: o que parece único, não o é; há tantos pensamentos quanto há pessoas no mundo, e o que é mostrado como o melhor, e subliminarmente apontado como o único caminho nada mais faz do que sustentar uma determinada forma de existência que subordina a maioria, pobre, a uma minoria, que desfruta os benefícios de controlar os meios de produção e também os de comunicação, repetindo, assim, uma cantilena que só os beneficia ao não mostrar outras possibilidades de existência.

Apesar de reconhecermos a distância que nos separa dos mais pobres a que nos referimos genericamente aqui, a carência de recursos materiais não equivale a aceitar nada como definido; isso quer dizer, por exemplo, que não há predisposição dos menos favorecidos economicamente ao crime. Essa é uma relação preconceituosa e criada para “simplificar” a explicação do que causa a violência, atribuindo a alguém sem condições de se defender e argumentar no mesmo nível, uma culpa amorfa pelos males da sociedade, quando é a desigual distribuição de renda a grande causa dos problemas sociais.

As pessoas não estão à venda porque precisam sobreviver. Tampouco seus valores, sua cultura, sua vida. Rejeitamos enfaticamente a ideia de que tudo é mercadoria porque isso significa subjugar, absoluta e definitivamente o ser humano pelo mercado, esvaziando toda e qualquer possibilidade de resistência. Isso seria transformar o mercado em vencedor definitivo, quando ele nada mais é do que uma abstração criada pelo homem, mas convertida em um ser vivo, com vontade, humor, e outros atributos humanos. E, pior: retirar do homem a possibilidade imanente de resistência, algo indissociável do ser humano.

Aceitar determinadas condições aviltantes de trabalho está associado em princípio a uma necessidade, mas, antes disso, a uma decisão. O livre arbítrio não é algo a que a ideologia neoliberal tenha acesso e controle: permanece sendo algo apenas acessível aos indivíduos, que podem decidir de acordo com suas convicções e assumir as consequências de suas decisões. Como Saraiva (no prelo) oportunamente aponta:

Ser humano, no sentido amplo da palavra, parece ser algo exótico em um sistema que abandonou há muito tempo a noção de humanidade para ser mais produtivo, que abdicou do criador porque a criatura trazia resultados melhores. A submissão dos indivíduos a um sistema que os desumaniza e os pune por serem humanos como são repete, em outro nível e com outros desdobramentos, o ridículo apontado por Charles Chaplin em *Tempo Modernos* quando da introdução da linha de montagem: o ritmo é adequado; se não se consegue cumpri-lo, o problema não é da máquina, e sim dos sujeitos. A quem engana essa lógica? E a quem serve?

A resposta à última pergunta é vaga, e, ao mesmo tempo, clara: definitivamente só não ao homem. Mas nem sempre foi assim. Até a Revolução Industrial “os hábitos adquiridos pelas corporações de ofício medievais se mantinham firmes, uma vez que os operários controlavam o processo produtivo e a gerência das fábricas, já que não existia por parte da administração qualquer conhecimento sobre qual a forma mais adequada pela qual o trabalho deveria ser executado” (SARAIVA; PROVINCIALI, 2002, p. 20). Foi a emergência da administração científica de Frederick W. Taylor que iniciou o processo de destituir de humanidade o contexto organizacional, com desdobramentos até os dias atuais. O que se tornou economicamente desejável, e ao mesmo tempo socialmente aceito, uma ampla, generalizada e radical instrumentalização, é resultado de uma intenção de aproveitar na nascente indústria um enorme contingente de mão-de-obra desqualificada para fazer frente às demandas do crescente mercado de consumo em massa.

Uma decorrência direta foi o processo de transformação dos operários, antes detentores de conhecimento qualificado e fundamental ao processo de produção, “numa simples força produtiva, monótona, que não necessita de qualquer esforço intelectual” (MARX, 1987, p. 46). Como apêndice das máquinas, essas e seu funcionamento passaram objetivamente a definir as relações, uma vez que, para acompanhar o seu ritmo, profissionais eram recrutados e selecionados, e precisavam acompanhá-las, sob pena de substituição, já que passaram a constituir peças descartáveis. Essa dinâmica ocorreu inicialmente nas fábricas, e se espalhou pelo mundo, só que nos dias atuais, em função da hegemonia dos serviços na economia, a lógica industrial é a mesma, à qual os profissionais precisam se adaptar para serem úteis.

A utilidade, a capacidade de cumprir uma dada função, é que define, em última instância, a inserção no sistema, pois é puramente instrumental esse processo. Encontrar e cumprir adequadamente a sua função equivale e permanecer; perdê-la ou não desempenhá-la a contento leva à descartabilidade. A ameaça do desemprego acentua essa problemática, pois em face da exclusão social embutida na perda de funcionalidade, na aparente insignificância das necessidades individuais em relação às demandas empresariais, muitos profissionais se submetem, consentindo, por falta de alternativas econômicas compatíveis, uma exploração com a qual, silenciosamente, muitas vezes não concordam (SARAIVA, 2001). Nesse caso, a necessidade implica disciplina. Mas não nos enganemos. Corpos dóceis e disciplinados, no sentido de Foucault (2000), não são mentes dominadas, e a racionalidade substantiva nos mostra isso.

O SUBSTANTIVO NOS NÍVEIS DA RACIONALIDADE, DA ORGANIZAÇÃO E DE ATIVIDADES HUMANAS

Mas o que é mesmo o substantivo? Do ponto de vista da racionalidade, para responder a essa pergunta, uma pista pode estar em considerá-lo como algo que se opõe diretamente à racionalidade instrumental. É imbuído de aspectos ético-valorativos que não se prestam à mera funcionalidade no âmbito social. Nesse sentido, pensar em funções ou parâmetros produtivos bem definidos é secundário quando se está diante de uma racionalidade substantiva. Como Serva (1997, p. 19) pontua, “por meio dela, os indivíduos poderiam conduzir sua vida pessoal na direção da autorealização, contrabalançando essa busca de emancipação e autorealização com o alcance da satisfação social, ou seja, levando em conta também o direito dos outros indivíduos de fazê-lo”.

Em um quadro abertamente marcado por uma visão produtivista, a racionalidade substantiva soa como uma heresia, em especial quando se considera que o desempenho, algo tão central nas organizações, só constitui uma preocupação após outros aspectos, todos ligados à realização humana do ponto de vista individual e social. Guerreiro Ramos (1981) investiu na racionalidade como principal categoria de análise porque acreditava que, como algo inerente ao homem, precisava ocupar um lugar de destaque na maneira pela qual as organizações são concebidas e levam a cabo suas práticas.

Nos termos de Guerreiro Ramos (1981), é substantiva uma racionalidade voltada essencialmente para os indivíduos e a realização de seu potencial como tal. Aspectos que em algum nível chegam a ser cingidamente instrumentalizados nos dias de hoje pelas empresas, como os temas de espiritualidade e felicidade, por exemplo, estão no centro da pauta da racionalidade substantiva. É porque pode se realizar que o indivíduo poderia contribuir para que as organizações alcancem outra dimensão de existência, sendo comprometidas efetivamente com a sociedade porque os seus componentes, como membros da sociedade, se realizam, e, assim, podem de certa forma devolver aos demais membros sociais a mesma possibilidade por meio das ações organizacionais.

Como se pode imaginar em um rápido exame, não é possível tornar tal racionalidade algo passível de instrumentalização. Não podem ser definidos objetivos a serem alcançados nesse âmbito porque se trata de algo fora da esfera de controle da empresa – ou pelo menos fora dos limites organizacionais vigentes. Definir objetivos que tangenciam o que é substantivo, assim, é algo fadado ao fracasso em princípio, uma vez que o máximo que se pode esperar, em termos objetivos, é que os indivíduos consintam tal incoerência, apresentando um consenso inexistente na prática (SARAIVA, 2001).

Além do nível da racionalidade, o substantivo estaria também permitiria, de acordo com alguns autores, o surgimento de uma espécie de tipologia organizacional, caracterizando algumas organizações que seriam regidas por princípios distintos dos do capitalismo. Serva (1993, p. 37), por exemplo, ao classificá-las como alternativas ou coletivistas, atribui a ocupação de espaços, a difusão de idéias e o desenvolvimento de “*praxis* não previstas pelo conjunto de normas institucionais que têm norteado sobretudo a maioria das sociedades ocidentais neste século”.

Ainda que sempre tenha sido instigante pensar em organizações com substância diferente da empresarial, com princípios que não poderiam ser vendidos, parece-nos necessário apontar duas limitações dessa visão de substantividade. Em primeiro lugar, não se pode esquecer que o sistema de produção capitalista – que de acordo com Lazzarato (2004) não é apenas um modo de produção, mas uma produção de modos – é o pano de

fundo para toda a ação organizacional. Não se pode simplesmente ignorar, por mais nobres os valores vigentes em uma determinada organização, que cedo ou tarde ela entrará em contato com um contexto de hegemonia de uma instrumentalidade que converte (ou pretende converter) tudo em mercadoria para facilitar a dinâmica das trocas que sustenta o sistema. Insistir em um tipo de organização substantiva, que por princípio seria alheia a esse quadro de instrumentalidade que cerca é, em algum nível, incorrer no equívoco do isolamento, o que não existe senão hipoteticamente, razão pela qual a racionalidade substantiva de Guerreiro Ramos é criticada ao não ter sido concretizada em estudos aplicados (SERVA, 1997).

A segunda limitação se refere ao nível das práticas. Quais práticas têm sido desenvolvidas que poderiam ser caracterizadas como substantivas, e não instrumentais? Essa é uma questão em que ainda engatinhamos na administração. E o motivo principal é que o quadro de referência é instrumental, e não substantivo. Com isso, observa-se na grande maioria dos casos a reprodução de ferramentas funcionais em organizações com orientação substantiva, em detrimento da preocupação com valores. Assim, custos, marketing, produção etc. são termos tomados emprestados do ambiente empresarial e que curiosamente infestam as práticas de organizações que têm outra proposta.

Talvez um motivo dessa incoerência seja a clivagem radical entre racionalidades efetuada por alguns autores e que terminou por influenciar o pensamento sobre o substantivo. Vizeu (2009, p. 412) alerta para esse problema ao sustentar que “o autor [Serva, 1997] incorre no erro de tratar dessa questão de forma dicotômica, apresentando um continuum que sugere uma polaridade entre as racionalidades, o que torna difícil considerar a simultaneidade entre elas no contexto do mundo vivido”. Os indivíduos são mais complexos do que qualquer modelo que os tente agrupar em esquemas assépticos e pré-definidos. Na verdade, há uma dinâmica intensa nas organizações, que leva a transformações consideráveis nos posicionamentos individuais e sociais de acordo com múltiplos aspectos (SARAIVA; CARRIERI, 2010), e, por isso, não se apresentam como incompatíveis as racionalidades instrumental e substantiva para os indivíduos, razão pela qual é complicado definir uma organização como substantiva, já que seus membros desfrutariam da possibilidade de não serem o tempo todos regidos por preocupações substantivas. De certa maneira isso é romantizar um pouco a postura dos indivíduos, definindo-os como despreocupados com as questões instrumentais, quando eles *também* se preocupam com isso em um contexto capitalista.

O terceiro nível de observação do substantivo é o das atividades humanas. Embora desde a ascensão da manufatura, e posteriormente da indústria e dos serviços as possibilidades de produção, reprodução e consumo sejam virtualmente ilimitadas, e mesmo intrinsecamente associadas, precisamos ter cuidado com a idéia de que tudo o que é humano pode ser comercializado. Esse é um raciocínio simplista e artificial. Talvez se estivermos nos referindo a produtos, valha essa perspectiva; mas nem todas as coisas são produtos, ainda que haja um esforço sistemático nesse sentido. Tomamos dois exemplos para ilustração: a educação e a cultura.

A educação está relacionada à noção de emancipação. Por que os indivíduos se educam, podem se libertar de quaisquer amarras e ocupar espaços melhores na sociedade. Todavia, o que com a educação fez o capitalismo? De acordo com McLaren (2000), observa-se um remodelamento ideológico da educação sob uma ótica conservadora, como apenas um dos principais subsectores da economia pós-industrial, destituindo-a da sua função emancipatória intrínseca. É porque existe um mercado, ela passa a ser definida em função de oferta e demanda, mas esvaziada do seu sentido original. Pensar em indivíduos autônomos, emancipados, críticos, está fora da agenda, que se compromete a produzir profissionais programados para a execução e obediência irrestrita.

Isso não seria problema se a educação não constituísse, em si, algo substantivo, a que todos os homens têm direito e que pode emancipá-los. Mas isso não é considerado em um quadro que a empobrece e a instrumentaliza sob a égide do capitalismo. Há questões, portanto, além da mera cobrança de mensalidades e de fornecimento funcional de informações.

A cultura, por sua vez, é entendida como

[...] um entremeado de relações, de formas de ver e fazer, de conteúdos que nutrem as pessoas de um grupo ou coletivo dando-lhes sentido em suas formas de atuar, convertendo-se em marco de referência para estabelecer juízos e empreender ações. Conteúdos de relações que se materializam em bens e produtos que mediam nossas relações com o entorno, com os demais e com a mesma forma que percebemos e conhecemos o mundo – processos (RAMÍREZ-MEJÍA, 2007, p. 14).

Esse sentido original sofre, de acordo com Saraiva (2009), um processo deliberado de *apagamento*, que diz respeito, de acordo com Yúdice (2004, p. 28), a uma legitimação cultural baseada na utilidade, porque o conceito expandido de cultura fomentou uma estratégia, que levou a cultura a não mais ser “[...] experimentada, valorizada ou compreendida como transcendente”. Esse processo é baseado em um certo nível de desterritorialização, que de acordo com Jameson (2001, p. 163),

[...] implica um novo estado ontológico em livre flutuação, um estado no qual o conteúdo (para revertermos a uma linguagem hegeliana) foi definitivamente suprimido em favor da forma, a natureza do produto se torna insignificante, um mero pretexto de marketing, na medida em que o objetivo da produção não está mais voltado a nenhum mercado específico, a nenhum conjunto específico de consumidores ou de necessidades individuais ou sociais, mas antes à sua transformação naquele elemento que, por definição, não tem conteúdo ou território e, de fato, nenhum valor de uso.

Mas, afinal, é possível comercializar o substantivo? Definitivamente, não. Não se pode negociar a substância das coisas porque elas são, em si, valor de uso e não de troca. Significam, portanto, algo em si, e não se prestam a serem trocadas por nada mais, porque se bastam como elementos humanos. Apesar de haver movimentos nesse sentido, como verificado no caso da educação e da cultura, como sinteticamente apontamos, isso só é possível ao distorcer a substância para torná-la palatável ao mercado de consumo, isto é, retirar o território sobre o qual se assenta o valor de uso para comercializar a casca vazia para o conteúdo mais adequado a quem o consumirá. Felizmente – não se trata de algo tomado por certo, há resistências (AKTOUF, 2004; BOURDIEU, 1998). E é nesse sentido que provocamos discussões a partir da proposta desse fórum temático.

O FÓRUM TEMÁTICO A MERCANTILIZAÇÃO DO SUBSTANTIVO

Tivemos, no total, 11 artigos submetidos a esse fórum temático, número que após o processo de avaliação, resultou em quatro textos aprovados para publicação. Os artigos selecionados adotam, sob distintos enfoques, posicionamentos mais ou menos explícitos sobre a questão da mercantilização do substantivo. Os pareceristas, fundamentais para o êxito do processo, e a seguir nominalmente citados em ordem alfabética, foram essenciais para o incremento dos textos, de forma que eles se ajustassem ao escopo do fórum temático. Os

avaliadores foram: Alessandra Mello da Costa, Alessandro Gomes Enoque, Alfredo Rodrigues Leite-da-Silva, Amon Narciso de Barros, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque Maranhão, Claudia Sirangelo Eccel, Elcemir Paço-Cunha, Janette Brunstein, Kely César Martins de Paiva, Márcio André Leal Bauer, Maria Scarlet F. do Carmo, Maria Tereza Flores-Pereira, Mário Aquino Alves, Rozália Del Gáudio Soares Baptista e Sílvia Menezes Pires Dias. Sem sua adesão e colaboração dedicada, não teríamos este fórum, e por isso, o nosso muito obrigado a cada um de vocês. Apresentamos agora o fórum temático *A mercantilização do substantivo*, abordando sinteticamente cada um dos artigos:

Wlamir Gonçalves Xavier e *Christiane Kleinubing Godoi* propõem no ensaio *Panopticon acadêmico* discutir o sistema acadêmico de publicações em administração brasileiro à luz do construto *panopticon*. Para tanto, a partir de uma análise da evolução do conceito, os autores procuram contextualizar criticamente o fenômeno a ele associado no contexto social vigente, para, em seguida, associá-lo à dinâmica de pressão e controle do sistema de publicações acadêmicas em administração no Brasil.

No artigo *Dos recursos humanos a gestão de pessoas: reflexões arqueológicas das mudanças conceituais*, *Mariana Mayumi de Souza*, *Daniel Pinheiro Calbino* e *Alexandre de Pádua Carrieri* se debruçam sobre a tarefa de refletir sobre as mudanças conceituais observadas nos últimos anos na gestão dos empregados nas empresas a partir das idéias de Nietzsche e Foucault. Com um enfoque discursivo, os autores analisam as permanências e modificações com base no discurso da mudança do campo de “Recursos humanos” (RH) para “Gestão de Pessoas” (GP), chegando a considerações mais amplas a respeito da administração enquanto prática discursiva e ideológica.

Com o propósito de escrutinar criticamente a ética empresarial, *Fábio Bittencourt Meira*, em *A ética empresarial em movimento: as (de)limitações do campo*, parte da identificação de um discurso fragmentado voltado à moralização dos negócios, que cria ma tensão entre os enfoques teórico e aplicado da ética. O texto sugere um predomínio de abordagens éticas mais pragmáticas, que procuram legitimar inovações gerenciais, com desdobramentos complexos sobre o campo organizacional.

No quarto e último artigo do fórum temático, *Relações de poder e exercício de controle mediados pela tecnologia da informação*, *Maria Conceição Melo Silva*, *Fátima Regina Ney Matos*, *Erica Piros Kovacs* e *André Felipe de Albuquerque Fell* buscam verificar os efeitos da tecnologia da informação no tocante à implantação dos sistemas integrados de gestão e sua influência sobre as relações de poder e o exercício de controle na organização com base em um estudo de caso em uma empresa de grande porte do setor de construção civil. As principais conclusões apontam sistemas integrados de gestão como vetores do processo, o que implica centralização e deslocamento do poder para os que detêm a informação e a usam no processo decisório.

Nossos votos são que nossos leitores e leitoras possam usufruir o fórum temático e ampliem o debate sobre o aparentemente generalizado e inexorável processo de mercantilização. Boa leitura!

REFERÊNCIAS

- AKTOUF, O. **Pós-globalização, administração e racionalidade econômica**: a síndrome do avestruz. São Paulo: Atlas, 2004.
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BAUMAN, Z. **Globalização**: conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BOURDIEU, P. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- CHOMSKI, N. **O lucro ou as pessoas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- DRACHE, D. Globalização: o grande medo. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 34, n. 1, p.9-28, jan./mar. 1999.
- FARIA, J. H.; MENEGHETTI, F. K. Discursos organizacionais. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 25; 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: ANPAD, 2001.
- FORRESTER, V. **Uma estranha ditadura**. São Paulo: UNESP, 2001.
- FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: UNESP, 1997.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 23. ed. Petrópolis, Vozes, 2000.
- GUERREIRO RAMOS, A. Modelos de homem e teoria administrativa. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 3-12, abr./jun. 1984.
- GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações** – uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1981.
- JAMESON, F. **A cultura do dinheiro**: ensaios sobre a globalização. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LAZZARATO, M. From capital-labour to capital-life. **Ephemera: Theory & Politics in Organization**, Warwick, v. 4, n. 3, p. 187-203, July/Sep. 2004.
- MARX, K. **Trabalho e capital assalariado**. 4. ed. São Paulo: Global, 1987.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril cultural, 1983. (volume 1, livro primeiro: O processo de produção do capital)
- MCLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. 3. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2000.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SARAIVA, L. A. S. Prefácio: Assédio moral: encarando o *iceberg*. In: GRZYBOVSKI, D.; MOZZATO, A. R.; PEREIRA, A. S. **Assédio moral no trabalho**: múltiplos olhares. Passo Fundo: UPF (no prelo).
- SARAIVA, L. A. S. **Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local**: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais. 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- SARAIVA, L. A. S. Além do senso comum sobre o terceiro setor: uma provocação. In: PIMENTA, S. M.; SARAIVA, L. A. S.; CORRÊA, M. L. (Org.). **Terceiro setor**: dilemas e polêmicas. São Paulo: Saraiva, 2006.

SARAIVA, L. A. S. Consenso ou consentimento? A pseudodemocracia na organização contemporânea. In: PIMENTA, S. M.; CORRÊA, M. L. (Org.). **Gestão, trabalho e cidadania: novas articulações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SARAIVA, L. A. S.; CAPELÃO, L. G. F. A nova administração pública e o foco no cidadão: burocracia x marketing? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p.59-77, mar./abr. 2000.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Dinâmica simbólica nas organizações. In: MARCHIORI, M. (Org.). **Comunicação e organização em processos e práticas**. São Caetano do Sul: Difusão, 2010.

SARAIVA, L. A. S.; PIMENTA, S. M.; CORRÊA, M. L. Globalização e reestruturação produtiva: desafios à indústria têxtil brasileira. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 40, n.1, p.68-82, jan./mar. 2005.

SARAIVA, L. A. S.; PROVINCIALI, V. L. N. Desdobramentos do taylorismo no setor têxtil – um caso, várias reflexões. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v.9, n. 1, p.19-33, jan./mar. 2002.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 18-30, abr./jun. 1997.

SERVA, M. O fenômeno das organizações substantivas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 36-43, mar./abr. 1993.

VIZEU, F. Contribuições da sociologia da dívida aos estudos sobre organizações substantivas. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 16, n. 50, p. 409-427, jul./set. 2009.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.